

UMA NOVA EDIÇÃO DAS HISTÓRIAS DE TRANCOSO

Fernando Ozório Rodrigues (ABRAFIL e UFF)

Neste artigo o nosso objetivo será o de apresentar, em linhas gerais, o projeto de edição que preparamos da obra *Contos e histórias de proveito e exemplo*, de Gonçalo Fernandes Trancoso, cuja 1.ª edição data de 1575. Em especial, procuraremos destacar alguns aspectos relativos ao texto e às várias edições dos *Contos*, bem como os critérios que adotamos como normas de transcrição. Além disso, temos a intenção de demonstrar a importância da obra de Trancoso no conjunto das obras publicadas em Portugal na segunda metade do século XVI.

Com efeito, Gonçalo Fernandes Trancoso foi um autor único na literatura portuguesa, como criador do gênero narrativo em forma de conto. A sua obra foi um verdadeiro *best seller* para a época, tendo conhecido inúmeras edições até o século XVIII, provavelmente em razão de seu caráter popular, de sua dimensão folclórica e de seu conteúdo ideológico, na linha ético-religiosa.

Os dados biográficos sobre o autor são escassos. O que existe de concreto é o que o próprio Trancoso nos relata no “Prólogo” com que introduz a primeira parte de suas histórias¹. Diz-nos ele que morava em Lisboa em 1569, quando a cidade foi abalada por uma epidemia de peste que dizimou uma parcela considerável da população. No “terrestre naufrágio”, perdeu ele a esposa, uma filha de vinte e quatro anos, um filho estudante e um neto moço, perdas em consequência das quais, para não entrar em depressão, buscou prender a imaginação no trabalho de escrever narrativas, “contos de aventuras, histórias de proveito e exemplo”. Pela idade da filha falecida, pode-se depreender que Trancoso terá nascido aproximadamente entre 1515 e 1520. Sua morte ocorreu antes de 1585, data da segunda edição dos *Contos*, em cujos “Privilégios” lê-se a informação de que já era falecido². Além dessas poucas informações, sabe-se ainda que é de sua autoria a obra intitulada *Regra geral pera aprender a tirar pola mão as festas mudaveis que vem no ano*, publicada em Lisboa em 1570³. Apesar dos poucos dados, é importante ressaltar que Trancoso viveu num momento fertilíssimo da história e da cultura lusitanas, que foi contemporâneo dos grandes nomes da literatura portuguesa quinhentista, que recebeu as influências do mundo renascentista e do pensamento humanista e que provou os dissabores decorrentes da censura religiosa imposta pelo Tribunal da Inquisição.

Os *Contos e histórias de proveito e exemplo* compõem-se de quarenta e uma

1 TRANCOSO, G. Fernandes. Prologo a rainha nossa senhora. In *Contos e historias de proveito e exemplo*. Parte primeira. Lisboa : Antônio Gonçalves, 1575.

2 TRANCOSO, G. Fernandes. Privilégios. In *Contos e histórias de proveito e exemplo*. Lisboa, Marcos Borges, 1585.

3 TRANCOSO, G. Fernandes. *Regra geral pera tirar pola mão as festas mudaveis que vem no ano*. Lisboa: Francisco Correia, 1570.

narrativas, distribuídas em três partes: a primeira parte constitui-se de vinte narrativas, a segunda de onze e a terceira de dez. As narrativas das duas primeiras partes foram publicadas a partir da edição de 1575; a terceira parte, entretanto, só saiu à luz na edição de 1595. Da primeira edição (1575) para a segunda (1585) foram eliminadas pela censura eclesiástica três narrativas, uma da primeira parte e duas da segunda, fato que comprometeu todas as outras edições dos *Contos*, não só as publicadas até o século XVIII, mas também as realizadas no século XX e que tomaram alguma das edições antigas como texto-base. Nos comentários que faremos mais adiante sobre as edições dos *Contos* serão apreciados outros detalhes sobre as consequências deste fato.

As quarenta e uma narrativas podem ser divididas em dois grupos: os contos propriamente ditos e as novelas. Observa-se quanto a isto uma evolução do autor, na medida em que ia produzindo os textos. Ou seja, da primeira parte, em que são mais numerosas as narrativas classificadas como contos, evolui Trancoso para a segunda e para a terceira, em que são mais numerosas as narrativas classificadas como novelas. Na produção dessas últimas, de modo geral, é intensa a linha de intertextualidade com os novelistas italianos Boccaccio, Straparola, Sacchetti e Matteo Bandello, e ainda com os espanhóis Juan Timoneda, Melchor de Santa Cruz e Dom João Manuel.

Com relação ao projeto narrativo, fica evidente em todas as narrativas a proposta originária do autor de fazer de seu livro um painel de lições de proveito e exemplo, uma obra comprometida com os valores morais de seu tempo, à luz dos preceitos religiosos tridentinos. Mas também é notória a intenção do autor de trabalhar os enredos no sentido de dar aos personagens, ética e religiosamente mais fortes, uma premiação ainda aqui na Terra, seja a conquista do poder, da honra, da riqueza ou da felicidade, usando isso como um argumento mais consistente para justificar o preceito moral que pretende apresentar como proveito ou exemplo.

Para realizar com eficácia o seu projeto narrativo, valeu-se Trancoso de algumas estratégias funcionais, das quais três podem ser destacadas. A primeira foi a que consistiu em se fazer um narrador presente nas narrativas, em interlocução direta com o leitor, no tradicional papel de um contador de histórias. Com isso cria o espaço para insistir no proveito e no exemplo, colocando-se na situação do conselheiro a apontar caminhos retos que levam à premiação, a fazer digressões morais que condenam o mal e elogiam o bem. A segunda estratégia foi a que o levou à utilização de refrões e ditos sentenciosos, expediente que permitia maior facilidade para a memorização do exemplo e dava ao texto uma roupagem confeccionada pela sabedoria popular: “A moça virtuosa, Deus a esposa”, “O bem ganhado se perde; mas o mal, ele e seu dono”, “A mulher honrada sempre deve ser calada”, “A sogra boa, da nora é coroa”, etc. A terceira estratégia foi a que se relaciona com a verossimilhança dos fatos narrados. Não são poucas as narrativas em que o autor envereda por uma linha de ficção na qual rompe com o verossímil e penetra num universo descomprometido com o real, combinando os dois espaços com naturalidade e desse amálgama extraindo os conteúdos a serem utilizados em seu projeto narrativo. A estratégia não impede

que suas narrativas sejam vistas como documentos veiculadores de comportamentos humanos presos à ética religiosa cristã; pelo contrário, acrescenta-lhes uma conotação lúdica e uma dimensão estética que contribuem para corroborar a ideologia subjacente à obra. O único problema causado pela utilização dessa estratégia foi a imagem do autor consagrada pela tradição folclórica, segunda a qual as “estórias de trancoso” são tidas como mentirosas, inverossímeis, “histórias da carochinha”, ou “do arco-da-velha”, sendo atribuídas a Trancoso muitas histórias fantásticas que não escreveu.

Como já referimos, os *Contos* de Trancoso tiveram inúmeras edições até o século XVIII. A primeira publicação conhecida data de 1575, feita em Lisboa por Antônio Gonçalves (o mesmo editor de *Os Lusíadas*) e que compreende as duas primeiras partes da obra. Dela só existe um exemplar, o que pertence à Coleção Oliveira Lima, da Biblioteca da Universidade Católica de Washington. Este exemplar, desconhecido durante muitos anos pelos estudiosos portugueses, foi descoberto pelo Prof. Serafim da Silva Neto, que a respeito dele deu notícia em seus *Ensaio de filologia portuguesa*, em 1956⁴. Por iniciativa do Prof. João Palma-Ferreira, a Biblioteca Nacional de Lisboa publicou uma edição fac-similada deste exemplar em 1982. No texto introdutório desse fac-símile o Prof. Palma-Ferreira discute a questão relativa à edição “princeps” dos *Contos*, entendendo que, na leitura dos textos dos “Prólogos” e dos “Privilégios” das duas primeiras partes e por algumas particularidades de impressão do exemplar, existem fortes indícios de que terá havido uma edição anterior ao ano de 1575, provavelmente em 1571, apenas com as narrativas da primeira parte⁵. Os argumentos são pertinentes, mas, como não se tem exemplar, o problema para a filologia é insolúvel.

Em seguida, apareceram as edições de 1585, 1589 e 1594, todas três constituídas apenas das narrativas das duas primeiras partes, mas com as supressões já referidas. Da edição de 1585 há três exemplares: um, na Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa; outro, na Biblioteca Apostólica do Vaticano; e mais um, na Biblioteca Nacional de Paris. A existência da edição de 1589 foi posta em dúvida por Antônio Joaquim Anselmo, com o argumento de que o editor, João Álvares, havia falecido em 1587, não podendo ter sido responsável por uma edição dois anos após a morte⁶. Como os bibliógrafos que mencionam a edição⁷ não se referem à existência de exemplar, fica a dúvida se de fato ela existiu. Da edição de 1594, feita em Lisboa por

4 SIVA NETO, Serafim da. *Ensaio de filologia portuguesa*. São Paulo, Editora Nacional, 1956, p. 228.

5 TRANCOSO, G. Fernandes. *Contos e histórias de proveito e exemplo*. Texto integral conforme a edição de 1624. Prefácio, leitura de texto, glossário e notas por João Palma-Ferreira. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1974.

6 ANSELMO, Antônio Joaquim. *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1977 (reedição da impressão de 1926), p. 28 – 29.

7 Mencionam a edição os bibliógrafos Diogo Barbosa Machado, na obra *Biblioteca Lusitana, histórica, crítica e cronológica*, Lisboa, Oficina de Ignácio Rodrigues, 1747, Tomo II, p. 394; e Inocêncio Francisco da Silva, na obra *Dicionário bibliográfico português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, Tomo III, p. 155 – 156.

Antônio Álvares, há um exemplar na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América.

A edição de 1595 tem particular importância porque, pela primeira vez, foram publicadas as três partes dos *Contos*. Feita por Simão Lopes, em Lisboa, nela se constata que, além das narrativas já suprimidas nas duas primeiras partes, há pelo menos mais uma supressão na terceira parte. Trancoso produziu uma trilogia, com as novelas distribuídas em cada uma das partes em que dividiu sua obra. As duas primeiras foram suprimidas na edição de 1585, mas constavam na de 1575 e foram recuperadas com a descoberta do exemplar da Coleção Oliveira Lima; a terceira novela, entretanto, não aparece na edição de 1595 e a possibilidade de recuperá-la é remota. Dessa edição existe um exemplar na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora. No século XVI, há ainda o registro de uma edição datada de 1600.

No século XVII, registram-se as edições datadas de 1608, 1624, 1633, 1646, 1660, 1671 e 1681, sendo que a partir desta última passou-se a acrescentar ao fim do livro um texto de conteúdo catequético intitulado *Polícia e urbanidade cristã*, composto por padres da Companhia de Jesus. No século XVIII, em 1710, registram-se duas edições: uma feita em Lisboa por Felipe de Sousa Villela, da qual existem exemplares na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Biblioteca Municipal do Porto; e outra feita também em Lisboa, mas por Bernardo da Costa, da qual existem dois exemplares na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Além dessas, houve ainda as edições de 1722, 1734, 1744 e 1764.

No século XX, em 1921, Agostinho de Campos preparou uma edição parcial dos *Contos*, com vinte e duas narrativas, publicada, como um dos volumes da *Antologia Portuguesa*, pelas Livrarias Aillaud e Bertrand (Paris e Lisboa). A edição se acompanha de amplo estudo crítico sobre o autor e a obra, constituindo-se numa importante fonte de estudo sobre Trancoso. Se o trabalho de Agostinho de Campos teve o mérito de reeditar os *Contos* e de recuperar a memória do escritor no contexto da cultura literária de língua portuguesa, a edição, infelizmente, é de valor filológico duvidoso, em razão de o editor ter promovido inúmeras alterações no texto, ao sabor do que considerava pouco recomendável do ponto de vista moral, ou do ponto de vista do estilo.

Em 1974, o Prof. João Palma-Ferreira publicou sua edição dos *Contos* pela Imprensa Nacional / Casa da Moeda, em Lisboa, tomando como texto-base a edição de 1624, da qual há um exemplar em excelente estado na Biblioteca Nacional de Lisboa. A edição de Palma-Ferreira, com as narrativas das três partes da obra, é a que está disponível no mercado e a que tem servido aos estudiosos de língua e de literatura portuguesa. Mas, como já assinalou o Prof. Maximiano de Carvalho e Silva⁸, essa edição apresenta dois problemas que a comprometem: primeiro, ter sido elaborada a partir de um texto-base com narrativas suprimidas pela ação da censura eclesiástica; segundo, ter adotado o editor alguns critérios para o estabelecimento do texto em desacordo com princípios básicos da ecdótica, produzindo alterações que

8 SILVA, M de Carvalho e. *Confluência*, n. 19, p. 123.

desfiguraram o texto em várias passagens.

No século XX ainda se registram: a edição fac-similada de 1982 acima referida; a edição parcial preparada por Franco de Barros, com vinte e três narrativas, publicada no Rio de Janeiro em 1983⁹; a edição parcial preparada por Armando Moreno, contendo 13 narrativas, em cotejo com textos de contistas portugueses do século XVII, publicada em Lisboa em 1988¹⁰; e a edição parcial preparada por Santos Costa, que compõe o número 5 dos *Cadernos de Trancoso*, publicação da Câmara Municipal de Trancoso, em 1989.

Na definição do projeto de edição que realizamos, foram considerados alguns aspectos característicos do texto de Trancoso. Primeiro o fato de ter sido uma obra impressa e não manuscrita, o que nos levou à busca das edições mais antigas que pudessem servir como texto-base. Em segundo lugar o fato de ter sido uma obra com dois momentos distintos de publicação: inicialmente as narrativas das duas primeiras partes, nas quatro primeiras edições, e, posteriormente, as narrativas da terceira parte, na edição de 1595. Em terceiro lugar o fato de que o autor já falecera em 1585, data da segunda edição, o que permitia depreender que Trancoso não chegou a conhecer nenhuma das reimpressões de sua obra. Esse conjunto de fatos levou-nos à conclusão de que devíamos realizar não uma edição crítica, mas preferir o estabelecimento de um texto crítico, tomando como textos-base as edições mais antigas, a de 1575, para as narrativas das duas primeiras partes, e a de 1595, para as narrativas da terceira parte. Com isso recuperávamos a obra em sua inteireza original, dentro dos limites possíveis no momento: as quarenta e uma narrativas.

Outro dado que consideramos, na definição do projeto de edição, foi o conceito de campo bibliográfico, proposto pelos professores Ivo de Castro e Maria Ana Ramos. O conceito de campo bibliográfico procura dar conta das edições existentes de uma obra, considerando-se aquelas a que o público leitor pode ter acesso em razão de algum processo de difusão e estabelecendo-se as características que nortearam a publicação¹¹. Em relação aos *Contos* de Trancoso, podem ser consideradas fora do campo bibliográfico todas as edições antigas, publicadas até o início do século XX, cujos exemplares, hoje raríssimos, estão completamente distantes do espaço de difusão. Das edições mais recentes, a de Franco de Barros (1983), a de Armando Moreno (1988) e a de Santos Costa (1989) preenchem precariamente espaços do campo bibliográfico, porque são edições parciais, feitas com o mero intuito de divulgação das “Histórias de Trancoso”, ou com propósitos literários de confrontação de textos com outros autores do século XVII. De modo que o campo bibliográfico dos *Contos* está reduzido a duas publicações, ambas de iniciativa do Prof. João Palma-Ferreira: a de

9 TRANCOSO, G. Fernandes. *Histórias (de proveito e exemplo) de Trancoso*. Nota introdutória e supervisão de texto por Franco de Barros. Rio de Janeiro: Cátedra / INL, 1983.

10 TRANCOSO, G. Fernandes. *Contos e histórias de proveito e exemplo*. Seleção, adequação de textos e prefácio de Armando Moreno. Lisboa: Passado Presente, 1988.

11 CASTRO, Ivo de & RAMOS, Maria Ana. *Estratégia e tática da transcrição*. In *Actes du Colloque Critique Textuelle Portugaise*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1986, p. 112.

1974, com as ressalvas acima apontadas; e a de 1982, um fac-símile da edição de 1575, que, além de ser incompleta, apresenta as dificuldades de leitura próprias das impressões antigas.

A partir desta análise, tínhamos consciência de que havia muito espaço para o preenchimento do campo bibliográfico dos *Contos*, urgindo, portanto, uma edição que preenchesse as lacunas e satisfizesse as necessidades do público leitor. Neste sentido, o projeto de edição do texto crítico foi idealizado para atingir os seguintes objetivos: a) realizar a publicação das quarenta e uma narrativas e dos dois prólogos da obra; b) restaurar a inteireza do texto, desfazendo todas as supressões promovidas pela censura eclesiástica e retomando as formas primitivas adulteradas pela ação dos editores; c) dar ao texto uma feição moderna, quanto à paragrafação, à pontuação e à ortografia, facilitando a leitura e tornando-o acessível ao estudioso da literatura, ao historiador, ao etnógrafo e ao leitor comum, sem, entretanto, desfigurá-lo de sua feição quinhentista; d) preservar os elementos necessários à pesquisa linguística, ou no próprio corpo do texto, ou nos adendos relativos à gramática e ao levantamento do léxico.

Definidos os objetivos do projeto de edição, procuramos estabelecer as normas de transcrição relativas à paragrafação, ao emprego dos sinais de pontuação e à grafia dos vocábulos. Em relação aos parágrafos, tendo em vista os blocos de texto da impressão antiga praticamente sem paragrafação, foram adotados dois critérios: separar os parágrafos de discurso direto dos de discurso indireto do narrador, assinalando-se as falas dos personagens com travessão inicial e com aspas, porque muitas delas são longas e foram divididas em vários parágrafos; e dividir o texto em parágrafos, tendo em vista as unidades de sentido que podem ser depreendidas, a partir da leitura minuciosa feita pelo editor. Quanto ao emprego dos sinais de pontuação, tendo em vista também as enormes diferenças entre a forma de pontuação antiga e a que se pratica modernamente, bem como o pequeno número de sinais que eram usados nas impressões primitivas, adotamos o procedimento de conservar os sinais dos textos-base nas situações em que coincidiam com as normas atuais; mas suprimi-los, alterá-los ou acrescentar outros sinais nas situações em que na linguagem moderna se pratica outra norma. Quanto à forma gráfica dos vocábulos, dadas também as consideráveis diferenças de procedimentos, instituímos uma série de critérios para modernizar a grafia, adequando-a às normas em vigor. Assim, escrevemos por extenso as abreviaturas; usamos o hífen nos vocábulos verbais com pronomes enclíticos e mesoclíticos; simplificamos as letras vogais e letras consoantes dobradas sem valor fonético; adequamos às normas em vigor o emprego da letra *h*; substituímos letras que não mais compõem o alfabeto português, como *y*; uniformizamos a grafia das vogais e ditongos nasais, a grafia das vogais anteriores e posteriores átonas e a grafia de consoantes fricativas alveolares e palatais, pelas normas em vigor; separamos elementos de vocábulos que hoje se escrevem separados e juntamos os que hoje se escrevem juntos; adequamos às normas em vigor a grafia da letra inicial maiúscula e minúscula; e usamos os acentos gráficos, inclusive o acento para marcar a crase.

Com isso o texto ganhou uma feição moderna, de fácil leitura, mas não perdeu os traços quinhentistas de sua origem, pois foram conservadas todas as formas antigas próprias do registro da época, bem como foi observado todo o rigor na reprodução das seqüências frasais conforme o original.

Com o objetivo de atender a interesses de linguistas e de lexicógrafos, fizemos acompanhar a edição de dois minuciosos trabalhos sobre o texto dos *Contos*. Primeiramente, uma descrição de fatos de língua, relativos à grafia dos vocábulos; ao acento de intensidade; aos padrões silábicos; ao sistema de vogais e de consoantes; aos prefixos e sufixos mais produtivos; à formação de palavras por parassíntese, por regressão deverbal e por composição; à morfologia nominal, pronominal e verbal; aos advérbios e locuções adverbiais; às palavras conectivas; à construção da frase, em geral; à sintaxe de regência, de concordância e de colocação. Secundariamente, um levantamento completo do léxico da obra, num total de 3445 entradas, organizadas em ordem alfabética, com as respectivas variantes divergentes e correspondentes flexionadas, todas elas devidamente indicadas quanto ao local de ocorrência no texto, pelo número do conto e do parágrafo. O primeiro trabalho foi o resultado de longa e detalhada pesquisa, podendo ser útil para uma futura gramática do português do século XVI. O segundo trabalho foi possível graças a um programa de computador que, aplicado ao texto já digitado, em questão de minutos, ordenou todo o léxico da obra em ordem alfabética e com os respectivos locais de ocorrência. Nosso trabalho foi tomar esse material bruto e ordená-lo em entradas léxicas, acrescentando, quando necessária para o entendimento da unidade vocabular no contexto, alguma informação de ordem etimológica, semântica ou histórica. Acreditamos que este segundo trabalho possa ser útil para quem se ocupe em organizar dicionários da língua portuguesa, contemporâneos ou etimológicos, pois nele irá encontrar farto material, não só para o registro de formas antigas da língua, como também para abonar significados já consagrados pelo uso.

Para finalizar, tomamos a liberdade de reproduzir um dos contos de Trancoso, uma narrativa que, embora simples e curta, dá bem a dimensão da importância deste autor para a literatura portuguesa, pelo menos em um dos sentidos que pode interessar a muitos estudiosos: o estudo da sociedade lusa quinhentista, em sua diversidade de hábitos e de valores, principalmente em relação às mulheres casadas. Trata-se do Conto XX, da Primeira Parte, transcrito de acordo com os critérios adotados nesta edição.

Que é ãa carta do autor a ãa senhora com que acaba a primeira parte destas histórias e contos de proveito e exemplo. E logo começa a segunda em que estão outras histórias notáveis, graciosas e de muito gosto, como se verá nelas.

Senhora.

Agora me deram um recado de parte de Vossa Mercê em que me pedia lhe mandasse um ABC feito de minha mão, que queria aprender a ler, porque se acha triste quando vê senhoras da sua calidade que na igreja rezam por livros, e ela não.

Verdadeiramente folgo que deseja saber ler para rezar, que é bom. Porém, já que o não aprendeu na meninice em casa do senhor seu pai com seus irmãos, deve agora contentar-se com as contas, pois não sabe ler, e por elas rezando muitas vezes a Saudação Angélica, que o anjo disse à Virgem Nossa Senhora, e a oração do Padre Nosso, que Cristo Nosso Senhor ensinou a Seus discípulos, é tão bom e basta tanto, que não há mais que desejar, nem melhores orações que rezar.

E certo estas têm ventagem a todas, Vossa Mercê deve usar delas e deixar o desejo de saber ler, pois já é casada e passa de vinte anos de idade.

Porém, se este conselho não lhe parece bom, ou, ainda que o é, se a não satisfaz, por obedecer a seu rogo, fazendo o que me pede, lhe mando aqui com esta um ABC, que Vossa Mercê aprenda de cor. E sabido, levemente com ajuda de Deus, aprenderá o mais que lhe for necessário.

O qual é que o A quer dizer que seja Amiga de sua casa; e o B, Benquista da vizinhança; e o C, Caridosa com os pobres; e o D, Devota da Virgem; e o E, Entendida em seu officio; e o F, Firme na fé; e o G, Guardosa de sua fazenda; e o H, Humilde a seu marido; e o I, Imiga de mexericos; e o L, Leal; e o M, Mansa; e o N, Nobre; e o O, Onesta¹²; e o P, Prudente; e o Q, Quieta; e o R, Regrada; e o S, Sisuda; e o T, Trabalhadeira; e o V, Virtuosa; e o X, Xpã¹³; e o Z, Zelosa da honra.

E quando tiver tudo isto anexo a si que lhe fique próprio, crea que sabe mais letras que todos os filósofos.

E porque confio em Vossa Mercê que o experimentará e achará certo, não me alargo, mas rogo a Nosso Senhor a tenha de Sua mão e a mi me dê graça com que O sirva.

Em Lisboa, a três de abril de 1570 anos.

Graças a Deus.

12 Neste item do ABC de moralidades: a) foi acrescentado o artigo “o” antes da letra do alfabeto, conforme aparece nos outros itens, mas não está impresso no original; b) foi mantida a forma gráfica do preceito moral, sem **h**, como está no original, para não descaracterizar o ABC.

13 Leia-se **Cristã**, de acordo com o símbolo grego para designar o Cristo: **XPTO**.